



Evento: XXVI Jornada de Pesquisa

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL¹

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES: CONSOLIDATION OF NEW FORMS OF ACCESS TO INFORMATION AND THEIR RELATIONSHIP TO RURAL DEVELOPMENT

Deise Anelise Froelich², Sandra Beatriz Vicenci Fernandes³

¹ Artigo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional, nível de Doutorado, Turma 2021.

² Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI

³ Doutora em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora adjunta da UNIJUI, no Curso de Pós graduação em Desenvolvimento Regional

RESUMO

O presente artigo lança um olhar sobre o desenvolvimento rural, com ênfase na comunicação como ferramenta de promoção de acesso à informação consciente e qualificada e de execução de políticas públicas, instrumentos importantes para aproximação entre sociedade e Estado, e o atendimento a demandas emergentes dos diferentes públicos do meio rural. O objetivo central é apresentar uma compreensão sobre a dimensão rural e as formas de acesso à informação por agricultores familiares no território da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, destacando resultados de um estudo que revela a importância de meios como o rádio e a internet para a aproximação e a promoção do acesso à informação entre diferentes públicos do meio rural. Importante elo entre Estado e públicos do rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem se apresentado como a principal forma de execução de políticas públicas voltadas ao meio rural gaúcho. Contudo, as transformações nas relações sociais e na mobilização local decorrentes dos protocolos sanitários adotados em virtude da pandemia da Covid-19, de maneira especial o distanciamento físico e social, também impactou profundamente as metodologias de ATER, por exemplo, e o modo de se comunicar com os diferentes públicos do meio rural e, mais uma vez, enfatizou a importância de uma comunicação efetiva para o vínculo entre o local e o Estado, assim como a manutenção da prestação de serviços públicos. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) ainda tem muito de seu potencial a ser aproveitado, especialmente quando se busca a inserção junto ao público jovem, determinante em processos de sucessão familiar rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Rural. Comunicação. Pandemia. TICs.

ABSTRACT

This article takes a look at rural development with an emphasis on communication as a tool for promoting access to conscientious and qualified information and for implementing public policies, important instruments for bringing society and the State closer together, and meeting emerging demands from different publics in rural. The main objective is to present an



understanding of the rural dimension and ways of access to information by family farmers in the territory of the Northwest Frontier of the State of Rio Grande do Sul, highlighting the results of a study that reveals the importance of means such as radio and Internet to bring together and promote access to information among different publics in rural areas. An important link between the State and rural publics, the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) has been presented as the main form of execution of public policies aimed at the rural area of Rio Grande do Sul. But, the transformations in social relations and local mobilization resulting from the sanitary protocols adopted as a result of the Covid-19 pandemic, in particular the physical and social distancing, also profoundly impacted ATER methodologies, for example, and the way of communicate with the different publics of the rural environment and, once again, emphasized the importance of an effective communication for the link between the local and the State, as well as the maintenance of the provision of public services. Information and Communication Technologies (ICTs) still have much of their potential to be exploited, especially when seeking insertion with the young public, a determinant in rural family succession processes.

Keywords: Development. Rural. Communication. Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Se queremos falar em desenvolvimento sustentável, precisamos falar sobre o papel do rural neste processo. O presente artigo apresenta uma discussão que abrange a dimensão rural em uma escala inter-regional, lançando um olhar especial sob os municípios abrangidos pelo Corede Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. É neste contexto que se busca provocar uma reflexão sobre o papel da comunicação e do acesso a políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), levando em conta que o acesso à informação qualificada permite que decisões mais qualificadas sejam adotadas ao favor da geração de renda e da qualidade de vida. Ao mesmo tempo pode-se considerar que agricultores bem informados possuem mais condições para decisões que contribuam para a sustentabilidade de todo o sistema, uma vez que suas ações impactam na saúde pública, disponibilidade energética, preservação de recursos naturais, além de impactos econômicos, sociais e culturais.

Ao voltar o olhar ao Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul se revela a importância das concertações locais articuladas com o Estado, principalmente através de processos participativos e do acesso a políticas públicas. Uma importante ponte entre Estado e público rural está na ATER pública, sendo a principal forma de execução de políticas públicas voltadas ao meio rural. Contudo, as metodologias de ATER passaram por transformações ao longo das últimas décadas e foram também profundamente impactadas com a pandemia da Covid-19. Protocolos sanitários a exemplo do distanciamento físico e, conseqüentemente, social, deixaram



profundas marcas na capacidade de mobilização de grupos, associações e outras formas organizativas do meio rural, assim como modificaram a forma de acesso à informação e a serviços executados por órgãos de governo.

A emergência de Tecnologias da Informação e da Comunicação já vinha transformando os métodos da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social e, principalmente, a forma como os agricultores familiares acessavam a informação e políticas públicas. Para além da forma como se dá o acesso, a preocupação abrange também a qualidade e as intencionalidades da informação que é disseminada, representando interesses e muitas vezes formas homogeneizadoras, que ignoram a pluralidade do rural e as peculiaridades de suas demandas.

É importante discutir o processo de acesso à informação, uma vez que esta é emitida por alguém que possui ou representa intenções, ao mesmo tempo que a mensagem emitida geralmente gera efeitos. Cabe, portanto, a pergunta de a quem o atual sistema serve, com qual intenção e com quais custos sociais e ambientais. As mensagens emitidas através das TICs e dos meios de comunicação de massa tradicionais muitas vezes reproduzem o interesse desproporcional do mercado, incitando à produção e ao consumismo com vistas à reprodução do capital.

Para superar a produção sem limites, geradora de desperdício, degradação do meio ambiente e de escassez de energia, uma comunicação ética, séria, multilateral se faz necessária, estabelecendo sinergia do Estado e comunidade em processos de desenvolvimento rural, com diminuição da burocracia e acesso a políticas públicas. Isso apenas ocorre, contudo, quando existe o acesso e a troca qualificada de informação, em processos de comunicação bilaterais e participativos. É justamente nesta perspectiva que a discussão presente neste artigo perpassa, num primeiro momento, um olhar sobre o desenvolvimento rural sustentável, avançando para uma discussão sobre o papel da comunicação na sociedade e em processos de desenvolvimento e, por fim, a discussão sobre as formas de acesso à informação em propriedades do meio rural da Fronteira Noroeste do RS, com destaque para o avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação como oportunidade de estabelecer comunicação com agricultores familiares.

2. OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL



Os processos de desenvolvimento em regiões periféricas, caracterizadas pela agricultura familiar, passam por uma organização e concertação local em torno do desenvolvimento que estes atores almejam, buscando no Estado e atores de outras escalas, apoio a demandas quando o local não dá conta de atendê-las. A organização local, portanto, segundo Rambo e Filippi (2009) é fundamental para processos de desenvolvimento em regiões periféricas, com forte presença da agricultura familiar. Os autores reconhecem, entretanto, que o Estado brasileiro tem se mostrado muito mais enquanto ordenador ou coordenador de macro estratégias e macro políticas do que como interventor direto nas dinâmicas locais.

Neste contexto, o fortalecimento das organizações e as concertações locais são imprescindíveis, especialmente diante dos impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de mobilização e nas articulações de diferentes grupos, cujo dimensionamento ainda é desconhecido, bem como na promoção do acesso à informação adequada e ética.

É preciso reconhecer, entretanto, que quando se fala da dimensão rural está se remetendo a uma pluralidade de públicos que nele vivem e reproduzem diferentes modos de vida e de produção, quais sejam, agricultores familiares, pecuaristas, quilombolas, indígenas, agroindustrialários, prestadores de serviços, pescadores, entre outros. Entretanto, observa-se o reforço midiático de discursos que contemplam todos em um conceito reduzido de “agro”. Ao reduzir o público rural a uma concepção homogeneizadora, muitas vezes se ignora suas peculiaridades culturais e de relacionamento com o ambiente, para que sirvam ao sistema de modo padronizado e consumir unilateralmente o que lhe é imposto.

A incitação ao consumo padronizado de “coisas novas” dispostas como “inovações necessárias ao desenvolvimento”, ainda têm muito do ideário que leva a crer que o desenvolvimento perpassa por importar o *know how* dos países ditos desenvolvidos por aqueles considerados atrasados, geralmente estes últimos, calcados em uma economia de base primário-exportadora. Entretanto, em nossa história já tivemos exemplos controversos de adoção de tecnologias exógenas a exemplo da Revolução Verde que, de um lado, permitiu saltos na produtividade e, de outro, deu condições à instalação de um modelo dependente e excludente.

Muito ainda se repercute o discurso da necessidade da produtividade agrícola com a justificativa de “alimentar o mundo”, mesmo que a altos custos ambientais e sociais. Neste sentido, cabem ponderações em relação aos discursos adotados e amplamente repercutidos, com



o apontamento de alternativas que contemplem a adoção de medidas e construção de um ambiente mais sustentável.

Diversos teóricos apontaram caminhos mais sustentáveis, entre eles, Lisboa (1996), lançando o desafio proposto no conceito de ecoenvolvimento, onde são respeitados nossos recursos naturais, nossa identidade e nosso lugar. Ao buscar os passos do desenvolvimento, seduzido pelo exemplo dos países ditos desenvolvidos, o Brasil passou de sociedade agrária para urbano-industrial a altos custos humanos e externalidades negativas decorrentes de modelos tecnológicos nas últimas seis décadas. Com a ampliação significativa da produção - que se reconhece ser importante na oferta de matéria-prima e também para a geração de renda dos produtores - também ampliou o consumo em larga escala, o que não necessariamente significa maior segurança e soberania alimentar. Passou-se a um processo de acumulação por parte de alguns, em detrimento do acesso à alimentação em quantidade e qualidade adequada de outros.

A partir dos anos 60 e 70 foi patrocinada a Terceira Revolução Agrícola, também chamada de Revolução Verde, anteriormente citada, com o intuito de consolidar o complexo agroindustrial, sem reflexões mais apuradas sobre o que isto significaria para o meio ambiente, recursos naturais, saúde e para a identidade rural – e nacional. Em seus fundamentos, melhoria da produtividade agrícola e substituição, mediante técnicas difusionistas, de padrões locais pelo pacote tecnológico, patrocinado pela Fundação Rockefeller.

A Revolução Verde incontestavelmente foi um marco, de ampliação da produtividade e de aumento na oferta de alimentos, importante para que um novo momento da agricultura pudesse ser consolidado. De um lado vista como conquista, de outro como preocupação, iniciava ali um modelo com grandes impactos sociais e ambientais e limites à viabilidade energética, bem como com aumento nos custos de produção.

Nos anos 2000 e na atualidade se reforçou a percepção de vida como expansão material incessante, desmedida. No entanto, as necessidades e a ilusão “vendida” de que os pobres devem alcançar os níveis de vida dos países ricos mais industrializados se torna insustentável, com sérias limitações ecológicas. Afinal, como reforça Lisboa (1996, p.7), “na sociedade industrial estamos aprisionados entre desejos ilimitados e meios insuficientes para satisfazê-los. ‘Mais’ pode não ser melhor: pode também ser demais”.



O uso comunal dos recursos naturais, de forma justa, já não é mais levado em conta. Para que uns possam ter mais, necessariamente outros acabam com menos. No entanto, os que têm menos são também muitas vezes seduzidos pela ilusão do desenvolvimento, sem limites, e também buscam extrair cada vez mais. Lisboa lembra Morin (1996, p.16) ao afirmar que “estamos enfermos do desenvolvimento”, sendo ele contaminante da natureza e das culturas. A economia solidária e a economia ecológica são apresentadas, pelo autor, neste sentido, como alternativas que podem gerar maior sustentabilidade a este contexto. É preciso ousar para além do capital como finalidade e como sentido de vida, para então voltarmos a refletir sobre o que realmente é essencial para nossa sobrevivência e harmonia.

O progresso científico e tecnológico pode apresentar alternativas mais sustentáveis que possam aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais em geral, respeitando-se os limites ambientais globais. Mas para que esse conhecimento seja apropriado e gere impactos significativos sobre a sociedade se faz necessária conscientização dos diferentes atores envolvidos. Essa conscientização perpassa o acesso à informação e a construção de propostas concertadas entre as diferentes dimensões e escalas que contribuem para o processo de desenvolvimento.

Na agricultura familiar pode residir o contraponto, de uma relação mais harmônica com a natureza, de maior autonomia, contanto que esta tenha suas peculiaridades reconhecidas e valorizadas por meio de políticas públicas.

Furtado (1964, p.124), ao abordar o desenvolvimento aponta a necessidade de um processo de mudança social, sendo que, segundo o autor, “desenvolver voltar-se-ia a modernizar tanto as relações de produção quanto as formas sociais de convivência”. Contudo, manter e fortalecer essas relações sociais em um contexto de pandemia é tão relevante quanto desafiador, principalmente diante dos protocolos sanitários que levam à necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento.

É neste contexto que o local se apresenta mais autossustentável do ponto de vista da facilidade de governança e de concertações. E é dessa forma descentralizada que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se propõe a atuar, estando presente em comunidades rurais dos 497 municípios gaúchos, por meio da instituição de prestação de serviços vinculada ao Governo do Estado do RS, a Emater/RS-Ascar. Com isso, a ATER pode ser considerada uma das políticas voltadas ao rural mais descentralizadas e com maior capilaridade no Estado.



Interessa uma ATER fortalecida e promotora de acesso a informações qualificadas, em contextos como o pandêmico, uma vez que se atende a demandas de diferentes públicos do meio rural, ao mesmo tempo em que Estado e a sociedade também se beneficiam quando adotadas no meio rural formas de relação mais harmônicas com o meio ambiente, que contribuam e preservem a saúde pública, recursos naturais e alternativas energéticas. Este contexto, afinal, não impacta somente no espaço em que vive o agricultor, por exemplo, mas também em toda a dinâmica e nos recursos disponíveis à sociedade. Outrossim, a agricultura familiar e outras formas de reprodução social no meio rural, também necessitam de maior poder econômico e alternativas de produção sustentável, que podem ser construídas a partir de métodos dialógicos e participativos, com envolvimento da ATER e das famílias rurais, seja presencialmente ou com o apoio de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's).

3. COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

É através da comunicação que o homem construiu sua linguagem, aproximou interesses, estabeleceu relações desde as mais simples até as mais complexas, construiu conhecimento, evoluiu em suas organizações, concretizou-se enquanto ser social.

As tecnologias que disseminam comunicação por todos os cantos reforçam seu poder de influenciar decisões individuais e coletivas. Freire (1983) aponta que não há pensamento isolado, na medida em que não há ser humano isolado, sendo as decisões resultantes de construções coletivas, estabelecendo-se um mundo de comunicação.

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam (FREIRE, 1983, p. 44).

Assim como a sociedade, as formas de comunicação passaram por profundas transformações. Houve uma significativa evolução tecnológica dos meios de comunicação, a profissionalização de seu uso e a abrangência cada vez maior junto aos diferentes grupos sociais. Consolidaram-se, de modo especial nos séculos XX e XXI, os meios de comunicação de massa, que possuem um papel preponderante na promoção do acesso à informação e na tomada de decisões de indivíduos e da sociedade, chegando-se ao ponto de estabelecer comunicação com outrem em qualquer tempo ou espaço.



Uma nova realidade mundial, considerada uma era de entrosamento social sem precedentes, revolucionária, constituiu-se com a consolidação dos meios de comunicação de massa, o que, conforme Baccaga (2011), gerou efeitos profundos na constituição e nos rumos da sociedade. Por outro lado, diante da necessidade de organizar-se em grupos e de acessar informações que reflitam sua identidade e representem seus interesses e anseios, muitas comunidades, grupos de interesse e instituições criaram meios próprios de comunicação, alicerçados na democratização da produção e no acesso a conteúdos voltados ao local. Também se firmaram representantes da imprensa tradicional que se volta a conteúdos de interesse local, a fim de atender às exigências e necessidades do seu público-alvo, embora muitas vezes existam interesses de lucro e de poder como pano de fundo.

Para além das possibilidades técnicas das ferramentas, que contribuem para a difusão das informações, o processo de comunicação em massa passa a influenciar novas formas de produção de sentido e de construção de significados, o que, em muitos casos, afeta decisões e os rumos da história. Para Moscovici (2003), as questões sociais relacionam-se diretamente com a difusão das mensagens pelos meios de comunicação, ligadas a um contingente de elementos que se processam no cotidiano por meio de teorias, ideologias, experiências e vivências.

A comunicação, portanto, possui funções voltadas às questões mais básicas do cotidiano até a constituição de nossa identidade e de nossa história. Bordenave (1986, p.26), ao refletir sobre as funções da comunicação, destaca que “talvez a função mais básica da comunicação seja a menos frequentemente mencionada: a de ser o elemento formador da personalidade. Sem a comunicação, de fato, o homem não pode existir como pessoa humana”. Assim, é através da comunicação que o ser humano se posiciona enquanto ser social, constitui sua personalidade e contribui na construção de sua e da identidade dos demais com os quais interage, estabelece comunicação.

Se processos de desenvolvimento são desencadeados por agentes/indivíduos, pode-se afirmar que eles são dependentes de processos comunicativos. Para que estes atores existam enquanto grupo, comunidade ou sociedade, precisam necessariamente comunicar-se. E a comunicação sempre é realizada com alguma intencionalidade – geralmente de que o outro adote o ponto de vista do interlocutor – e efeitos.



Quando a comunicação chega de forma massificada, por intermédio de meios midiáticos ou de TICs, o interlocutor torna-se responsável por levar a informação a um número muitas vezes imensurável de pessoas, de vidas e acaba surtindo efeitos profundos como na formação de personalidade, na criação de elos de relacionamentos e, dependendo da mensagem transmitida, de autoconscientização comunitária, servindo como um espelho comunitário. Esta autoconscientização, também destacada por Bordenave (1983), desfaz questões estáticas, leva à ação, a transformações sociais, elementos importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. O autor reitera ainda que a comunicação é um processo natural, com um poder de legitimação das estruturas sociais que estabelece e transforma as relações e numa esfera maior pode fortalecer ou contestar governos.

A comunicação, por outro lado, pode ser importante aliada na aproximação do Estado com as demandas do local. O diálogo povo-governo pode ser facilitado pelos meios de comunicação capazes de bilateralizar a transmissão de mensagens. O desafio maior reside justamente em superar formas verticalizadas de (in) comunicação. Bordenave (1986, p. 90) cita, neste sentido, o exemplo do estudo realizado com 221 agricultores nordestinos em sua tese de doutorado, onde inclui ao questionário a pergunta: “Como você comunica suas necessidades e problemas às autoridades?”. Entre as múltiplas respostas indicadoras da incomunicação existente entre essas duas esferas, o autor enfatizou a resposta de um trabalhador sem-terra: “Eu, comunicar com as autoridades? E como? As autoridades não sabem que eu existo. Só vão ficar sabendo o dia que eu der uma facada em algum delegado ou Juiz de Paz”. Ou seja, a existência dos meios, não necessário significa a efetivação de processos de comunicação democráticos.

Com isso, o autor reitera a importância da democratização do uso dos sistemas de comunicação e a aproximação da comunidade com os meios de comunicação que podem facilitar o diálogo povo-governo. A horizontalização da comunicação tem muito a contribuir com a democratização da sociedade como um todo, com a construção da consciência democrática e da cidadania.

Contudo, o avanço do acesso às tecnologias pelos diferentes povos, incluindo de forma especial as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), tem reforçado identidades e, de outro lado, estabelecido conexões e transformado concepções e culturas, especialmente em situações em que cresce o diálogo intercultural. Também tem permitido que povos



historicamente excluídos conquistem maiores espaços de discussão e de ação junto à sociedade, bem como suas demandas recebam visibilidade perante o Estado e a executores de políticas públicas. O grande desafio que se estabelece no momento é de compreender quais são os principais canais para estabelecer comunicação com os diferentes públicos, neste período de pandemia da Covid-19, e garantir que esse processo seja dialógico, participativo e ético, em um contexto em que cresce a disseminação de notícias e informações falsas que atendem a interesses de desmobilização e de propagação de discursos de ódio.

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS: ACESSO A TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL

Muito embora se reconheça a importância da comunicação no processo de desenvolvimento rural e mesmo que os meios de comunicação façam parte do cotidiano do meio rural, ainda são poucos os estudos sobre o tema abrangendo o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Uma das iniciativas foi a pesquisa desenvolvida por Froelich (2019), que levantou os meios de comunicação mais acessados por agricultores assistidos pela Emater/RS-Ascar, em propriedades da Fronteira Noroeste do RS, levando-se em conta uma população de 10 mil famílias assistidas.

Ao mesmo tempo em que se buscou compreender quais os principais meios acessados pelos agricultores familiares dos 20 municípios da Fronteira Noroeste, analisou-se a relação entre as formas de acesso à informação com as variáveis de gênero, faixa etária, grau de escolaridade e renda, assim como se realizou inferências sobre a relação do acesso à informação e o acesso a políticas públicas.

A adoção de métodos quantitativos, com aplicação de questionários fechados, e qualitativos, através de entrevistas semiestruturadas com os agricultores, permitiu que se chegasse a resultados que reafirmam a popularidade do rádio e a consolidação da internet, como principais formas de acesso à informação no meio rural da região. Nas entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes dos diferentes marcadores sociais – gênero, faixa etária, grau de escolaridade e renda – reiterou-se a importância do diálogo com técnicos e extensionistas, especialmente de forma presencial, no processo de tomada de decisões.

De forma geral, os questionários aplicados apontaram que o rádio é o meio de comunicação mais presente nas propriedades rurais, uma vez que foi apontado por 48% do



público-alvo da pesquisa como principal forma de acesso à informação. Também avança a internet, especialmente via telefonia celular, apresentada como a forma em que mais se acessa a informação por 32% dos participantes da pesquisa, que também explicitaram que acessam informações por meio do WhatsApp, redes sociais e sites de notícias. Com o avanço da internet, a inserção da televisão perdeu força e foi apontada por 19% dos entrevistados ao passo que apenas 1% do total dos entrevistados apontou o jornal como o meio de comunicação que acessa com mais frequência.

Na análise da influência dos marcadores sociais na escolha pelas principais formas de acesso à informação, identificou-se que indiferentemente do gênero e do grau de escolaridade, o rádio manteve-se como principal meio de acesso à informação. Contudo, quando analisada a variável grau de escolaridade, verificou-se que entre aqueles que possuem Ensino Médio e Ensino Superior, o rádio deixa de ser o meio de comunicação mais popular para dar espaço à internet, meio que exige diferentes habilidades técnicas e cognitivas para acessar a informação, assim como há a necessidade de conexão disponível e de ferramentas, cujos custos geralmente são superiores do que do aparelho receptor de rádio. No entanto, entre os grupos com maior escolaridade, o rádio aparece como a segunda forma de acesso à informação mais popular.

Quando estabelecida a correlação entre grau de escolaridade e gênero, concluiu-se a não interferência do gênero e, sim, da variável de grau de escolaridade como a mais influente, sendo que homens e mulheres com o mesmo grau de instrução acessam informação preferencialmente pelos mesmos meios.

A análise da faixa etária apontou que o rádio é preponderante entre adultos e idosos. Este último público, além do rádio, busca informação de forma expressiva também na televisão. Já entre os jovens agricultores que participaram da pesquisa, com idades entre 15 e 29 anos, a internet é a mais popular (56%), seguida do rádio (28%) e da televisão (16%). A correlação entre faixa etária e gênero verificou a maior interferência da idade do indivíduo sobre a forma como acessa a informação, independente de se tratar de homem ou de mulher.

Quando estabelecida a correlação entre idade e grau de escolaridade, variáveis que se mostraram mais influentes na forma como a informação é acessada, o rádio recebe destaque em diferentes grupos. Na comparação entre jovens com diferentes graus de escolaridade há diferença na escolha entre a forma de acessar informação, mostrando que a segunda variável é determinante para limitar parte desses do acesso a novas tecnologias. A internet aparece como



principal meio entre os jovens com Ensino Fundamental, Médio e Superior, seguida do rádio. Já entre os jovens com ensino fundamental incompleto, os principais meios de acesso à informação são o rádio e a televisão, ratificando a maior influência do grau de escolaridade do que da faixa etária na escolha pelo meio entre este grupo. Na etapa qualitativa do estudo, formada por entrevistas abertas e semiestruturadas, esta presença mais massiva do rádio em grupos com menores níveis de escolaridade é justificada pela linguagem acessível e pela facilidade de manuseio do próprio equipamento. Também se destacou que muitos dos que possuem ensino fundamental incompleto, tem essa condição acompanhada de menores níveis de renda, impossibilitando em alguns casos o acesso à internet e às diferentes Tecnologias da Informação e da Comunicação.

O rádio se apresenta ainda como principal forma de acessar informação, seguido da televisão, também entre os adultos que estudaram até o Ensino Fundamental. O cenário se modifica de acordo com o avanço do nível de instrução, mostrando mais uma vez que o grau de escolaridade é determinante na forma como se acessa a informação. A internet tem relevância semelhante à do rádio entre os adultos com Ensino Médio e no caso daqueles que possuem Ensino Superior, os meios digitais são claramente a principal fonte de informação. Desta forma cabe enfatizar que a variável grau de escolaridade interfere diretamente sobre a escolha do meio em que mais se acessa informação.

Os idosos, por sua vez, independentemente do grau de escolaridade, apontaram o rádio como principal meio de buscar informação, embora, é preciso levar em conta que a grande maioria destes, possui até o ensino fundamental, fator que pode ter contribuído neste resultado.

Ao analisar a interferência da variável renda, observou-se que o rádio é o meio mais presente entre aqueles que possuem os níveis mais baixos de renda. Os níveis maiores de renda passam a revelar a importância da internet como principal meio de acessar informação.

Compreender o (s) perfil (is) do (s) público (s), suas demandas e as formas de acesso à informação certamente são passos estratégicos para que a Assistência Técnica e Extensão Rural permaneça próxima à agricultura familiar, especialmente em momentos desafiadores como da pandemia da Covid-19. Saber, por exemplo, que para se chegar aos jovens rurais, a internet é uma excelente ferramenta e para promover o acesso à informação de adultos e idosos, o rádio segue como a principal fonte de informação, permite maior eficiência na aproximação com a pluralidade do público. Entender também que os diferentes níveis de escolaridade



possuem diferentes formas de receber informação e, compreender como se aproximar destes, também é estratégico para a execução de políticas públicas que permitam que as pessoas superem determinadas vulnerabilidades. Entretanto, uma das principais constatações deste estudo é a reafirmação da importância dos vínculos de confiança construídos nas relações interpessoais entre extensionistas e agricultores, ratificados nas entrevistas realizadas na etapa qualitativa que revelam que o acesso à informação geralmente ocorre através dos veículos de comunicação e das TIC's, no entanto, as decisões em relação à propriedade e ao acesso a políticas públicas, em sua maioria, perpassam a consulta aos agentes de assistência técnica e extensão rural.

A vinculação do processo de comunicação com a tomada de decisões passa pela interação por meio de formas de comunicação bilaterais, de modo especial o diálogo estabelecido nas relações interpessoais. É neste sentido que a ATER encontra forma quando aproveita canais de comunicação que interessam aos agricultores, com informações que lhe sensibilizam e oportunizam um processo de tomada de decisões democrático e consciente.

Os meios de comunicação e a ampliação inegável da inserção das TIC's, acentuada no período de pandemia da Covid-19, também influenciam o cotidiano das propriedades, interferem no repertório cultural da comunidade e promovem o acesso à informação, importante para o conhecimento da realidade e para que sejam tomadas decisões que nela interfiram.

Mesmo com a consolidação cada vez maior de tecnologias digitais, no meio rural a relação com o rádio ainda se mostra cotidiana e espontânea, quando este está presente nas tarefas da sala de ordenha, no galpão, no automóvel, no trator, na residência, na agroindústria. A possibilidade de simultaneidade de tarefas, linguagem simples e de fácil apreensão, portabilidade e baixo custo ainda são muito atrativos diante do perfil das atividades rurais. Mesmo centenário, ainda há muito do que aproveitar da popularidade do rádio em favor da discussão e do acesso a informações que contribuam com a construção da cidadania e a aproximação com políticas públicas, muito embora, através do rádio se estabelece uma difusão unilateral, onde normalmente a informação é disseminada, mas dificilmente se estabelece um processo completo de comunicação que permita a interação entre emissor e receptor. Contexto que não elimina sua capacidade de penetração, mobilização e sensibilização.

A passos largos avançam as Tecnologias da Informação e da Comunicação, com o acesso à internet, geralmente via telefonia celular. Se interessa a promoção da sucessão familiar



rural e a permanência da juventude no meio rural, com qualidade de vida, também importa comunicar-se qualificadamente com os jovens, que apontam ser a internet a principal fonte de informação. O que de um lado, facilita a aproximação e, de outro, preocupa, em função da disseminação das chamadas *Fake News*, que deturpam a produção de sentido e afetam decisões e rumos da sociedade. Ademais, é fato que a convergência das mídias também aproxima as demais mídias da internet e vice-versa.

Vale ressaltar também que o acesso à informação por si só não determina o interesse pelo tema, a compreensão completa e a consequente tomada de decisões. O contexto cultural em que o receptor da informação está inserido, sua bagagem prévia de conhecimento e as relações interpessoais com familiares, vizinhos, integrantes da comunidade, assim como com a assistência técnica, ainda é determinante nos próximos passos para a tomada de decisões. A sensibilização sobre determinados assuntos, reconhecemos que ocorre através dos meios de comunicação, enquanto que a adoção das ideias ainda está muito vinculada ao saber prévio que possuem, ao seu local de fala e de escuta, às relações de confiança e de reciprocidade construídas ao longo de um determinado período de tempo.

É neste contexto, de acesso às informações divulgadas por meio de veículos e de contatos estabelecidos seja por Tecnologias da Informação e da Comunicação, seja presencialmente, que se estabelece a produção de sentido que levará a decisões mais harmônicas com o meio ambiente, mais respeitadas com a coletividade e com a agrobiodiversidade, ou então, a inserção em discursos que reproduzem o capital acima de qualquer outra visão holística sobre a realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para discutir o desenvolvimento rural torna-se necessária a compreensão das desigualdades inter-regionais e as assimetrias do próprio território rural, campo de múltiplos públicos com múltiplos interesses: agricultores, indígenas, quilombolas, pecuaristas, trabalhadores rurais, prestadores de serviços em geral, entre outros, que possuem demandas diferenciadas e diferentes formas de estabelecer relações e de se comunicar. Reside neste contexto um dos grandes desafios, de unir as diferentes necessidades, de modo que aqueles que vivem no meio rural possam se manifestar e ter voz ativa sobre o destino dos recursos públicos, de suas demandas, de suas necessidades e de suas contribuições com as construções sociais.



Esse desafio acentuou-se ainda mais no período da pandemia da Covid-19, em que o distanciamento social desmobilizou muitos dos grupos organizados e associações existentes no meio rural.

Ainda é necessário avançar na promoção do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, sob o risco de exclusão de muitos públicos da nova realidade social que tem se estabelecido. Aqueles que não possuem acesso à internet apresentam-se em desvantagem em relação aos que têm acesso à informação a qualquer hora e a qualquer momento, além de serem submetidos a situações em que a geração de renda é limitada pela restrição de formas de comercialização. Como demonstra o estudo discutido no último tópico deste artigo, a internet avança sobre os diferentes territórios e o acesso às TICs é um caminho sem volta para a inserção social e até mesmo para a construção do conhecimento e acesso a políticas públicas, sendo que muitos dos órgãos de governo ofereceram seus serviços de modo remoto, durante o período da pandemia da Covid-19.

As estratégias de aproximação da ATER e de outras políticas por meio das TICs e dos meios de comunicação de massa, incluindo o rádio, permitem, inclusive, dar sequência às relações sociais e de reciprocidade entre os indivíduos em um determinado território. E, ainda, estabelecer as concertações locais e a construção coletiva das demandas que fazem parte do processo de desenvolvimento daquele território.

Ainda, é através das TICs cada vez mais presentes que se abre o horizonte para acessar um dos públicos mais desafiadores do meio rural: a juventude. Se a sucessão recai sobre os jovens rurais é preciso conhecer e aproveitar melhor os canais pelos quais estes se comunicam.

Por outro lado, é necessário avançar em estudos e políticas públicas que promovam a inclusão digital no meio rural, que compreendam a forma como a informação é acessada e apreendida, para que se possa promover o acesso à informação de forma consciente, qualificada, dialógica e democrática. Essa necessidade se reforça com as transformações significativas que ocorreram a partir da realização de atividades remotas durante o período da pandemia da Covid-19, impactando significativamente na forma como se dão as concertações entre os diferentes grupos e as relações sociais. É o acesso à informação qualificada e a criação de condições para a comunicação horizontal, com interação entre sociedade e Estado, que contribuirá com condições favoráveis a um processo de desenvolvimento mais consciente e sustentável.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs). **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 31-43.

BORDENAVE, Juan Díaz. **Comunicação rural: da extensão à participação**. Projeto Tecnologias Alternativas – FASE, I Simpósio sobre Comunicação, Ciência e Cultura, 26-27 de setembro de 1983.

BORDENAVE, Juan Díaz. **Além dos Meios e Mensagens** – Introdução à Comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1986. 158 p.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 530 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 65 p.

FROELICH, Deise A. **Acesso à informação por agricultores assistidos pela Emater/RS-Ascar e sua influência na tomada de decisões**. Orientação Lívio Osvaldo Arenhart. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas-PPGDPP, Cerro, Largo, RS, 2019

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. edição, 1996

LISBOA, Armando de Melo. **Desenvolvimento, Uma ideia subdesenvolvida**. V Encontro Nacional de Economia Clássica e Política. (S.1), BRASIF, 1996. Disponível em: [mocaو_desenvolvimento_conf_sc.pdf\(fb.es.org.br\)](http://mocaو_desenvolvimento_conf_sc.pdf(fb.es.org.br)). Acesso em 29 de julho de 2021.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 46-90.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re) pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Volume 5, n 1. Taubaté, SP: G&DR, jan-abr/2009, p.121-148.